

'Fazendas de carbono' começam a atenuar desmate na Amazônia

# 'Fazendas de carbono' começam a mudar paisagem na Amazônia

— Estimativa de consultoria é de que mercado voluntário de carbono tenha potencial para movimentar US\$ 15 bi no Brasil, do total de US\$ 50 bi no mundo

BEATRIZ BULLA  
LUCIANA DYNIEWICZ  
DANIEL NARDIN  
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Debaixo do céu aberto e do sol forte das 11 horas da manhã, Josias Santos, 51 anos, respira fundo após tomar um pouco de água para aliviar o calor intenso. Com a manga da camisa, limpa o rosto sujo pelo suor misturado com a poeira fina que levanta da terra, ainda arenosa e seca, pouco antes da irrigação feita para receber as mudas de espécies nativas na área descampada que um dia foi pastagem

de gado. Josias é um dos 20 trabalhadores que atuam na linha de frente, plantando muda por muda, em um projeto de restauração de uma área degradada de pouco mais de 8,3 mil hectares (ou 83 km<sup>2</sup>) em Maracaçumé, divisa do Maranhão com o Pará.

A função é nova para o ex-vaqueiro, que por 22 anos trabalhou nesse mesmo pedaço de chão, na fazenda Entre Rios. A propriedade até pouco tempo era voltada para a pecuária, assim como ainda são as demais fazendas vizinhas no município, que tem pouco mais de 20 mil habitantes. "Quando a gente soube que ia ser vendida, teve

medo de ficar desempregado. Mas chamaram a gente, deram treinamento, e hoje estou aqui."

**Perspectiva**  
Cada crédito de carbono vendido corresponde a uma tonelada de gás carbônico retirada da atmosfera

A fazenda agora é uma das unidades da re.green, empresa que atua no mercado de crédito de carbono e tem no local sua primeira área na Amazônia Legal. A meta da empresa é restaurar 1 milhão de hectares de

Mata Atlântica e Floresta Amazônica em 15 anos. Como comparação, o compromisso assumido pelo governo brasileiro internacionalmente, no Acordo de Paris, é de restaurar 12 milhões de hectares até 2030.

A re.green opera no mercado voluntário de carbono, no qual vende créditos para empresas cumprirem compromissos climáticos que não estão sujeitos a obrigações legais de redução de emissões. Cada crédito vendido pela re.green corresponde a uma tonelada de gás carbônico capturado da atmosfera por meio de árvores. A companhia aposta em um segmento em que

o crédito custa mais caro: o da restauração ecológica. Nele, áreas degradadas recebem mudas de plantas nativas.

Outro segmento é o de projetos do tipo REDD+, que só podem ser desenvolvidos em áreas sob pressão de desmatamento. Nesse modelo, o crédito corresponde a uma tonelada de CO<sub>2</sub> que deixou de ser emitida. Para se ter esse crédito, engenheiros calculam o desmatamento médio da região. Se o dono da terra conseguir manter a mata nativa em pé, no ano seguinte tem a diferença convertida em créditos de carbono.

A consultoria McKinsey calcula que a demanda voluntária por crédito de carbono deve crescer exponencialmente e esse mercado, pular do patamar atual de US\$ 1 bilhão para US\$ 50 bilhões em 2030. O Brasil pode abocanhar até US\$ 15 bilhões desse total. "Estamos ainda em um estágio inicial desse mercado", afirma Arthur Ramos, especialista em clima, sustentabilidade e energia, da consultoria Boston Consulting Group (BCG). ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo